



CADETES: A Escola com 38 anos de ensino. Correio Popular, Campinas, 17 set. 1978.

HISTÓRICO: Em 17 de Setembro de 1940, o Decreto-Lei n.º 2584 criou, na cidade de São Paulo, a Escola Preparatória de São Paulo onde funcionou até 1959. Em 1958, o governador de São Paulo doou ao Exército, área com prédio parcialmente construído, onde se instalaria a Escola Preparatória. Em 1959, a sede da Escola Preparatória de São Paulo foi transferida para Campinas. Em 1962, com a extinção das Escolas Preparatórias de Fortaleza e Porto Alegre, passou a ser a depositária do acervo de todas as gloriosas tradições de nossas Escolas Preparatórias. Em 1967, a Escola Preparatória de Campinas passou a denominar-se Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Ao completar 38 anos, este estabelecimento de ensino é descrito, da maneira que segue, pelo tenente coronel João Alberto de Carvalho, um de seus integrantes na área de planejamento e programação do ensino.

Cadetes: a Escola com 38 anos de

ensino

Para se entender o sistema de Ensino Militar do Exército e identificar a Escola Preparatória de Cadetes como ponto de encontro entre este sistema e o civil, há de se reportar desde a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No seu Título IV, da Administração do Ensino, como parágrafo único do art. 6.º, temos:

“O ensino militar será regulado por lei especial”.
A Lei n.º 5.692, no seu Capítulo VII — Das Disposições Gerais — determina, ainda, no seu art. 68: “O estudo ministrado nos estabelecimentos militares é regulado por legislação específica”.

A Lei n.º 6.265, de 19 de novembro de 1975 e sua regulamentação pelo Decreto n.º 77.919, definem o Ensino Militar e estabelecem que o Exército ministrará, também, ensino para preparar candidatos à matrícula em estabelecimentos de formação de oficiais.

Este ensino é denominado Preparatório e destina-se a preparar candidatos selecionados para a Academia Militar das Agulhas Negras. Sua propriedade de selecionar impõe a flexibilidade do aluno optar ou não pelo prosseguimento na carreira, conforme sua vocação ou, ainda, ser preterido por falta de características recomendáveis.

Esta flexibilidade determinou que o Ensino Preparatório se orientasse pela legislação federal de 2.º grau (Lei 5.692), para o reconhecimento do curso daqueles que, por qualquer motivo, dele se afastarem.

O Ensino do Exército é atribuição, segundo diretrizes de seu Ministério, de um departamento — Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).

Este departamento se organiza em diretorias, que administram um determinado número de cursos, grupados por modalidades. O Ensino de 1.º e 2.º graus, consequentemente o Preparatório, é subordinado à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA). Esta diretoria, por sua vez, engloba a Escola Preparatória de Cadetes e os Colégios Militares.

Deduz-se, portanto, que a política educacional do Exército flui de seu Ministério, através de um de seus Departamentos, até suas Escolas. Estas Escolas realimentam o sistema pelo cumprimento dos regulamentos, diretrizes, normas e planos elaborados pelo Departamento e adequados às modalidades de cursos pelas Diretorias.

A cada escola ou a um conjunto de escolas congêneres, cabe uma missão, que é expressa em seu regulamento próprio.

De posse de um regulamento que se inicia por uma missão e estruturado nas diretrizes superiores, um comandante ou diretor de Ensino de uma Escola, anualmente, traça seus planos para alcançar os objetivos de seu ou de seus cursos.
A ORGANIZAÇÃO DA ESPCEX PARA AS ATIVIDADES DE ENSINO

No artigo anterior, verificou-se que cada estabelecimento de ensino do Exército possui um regulamento e, em consequência, uma organização própria. Verificou-se, também, que entre a adoção deste regulamento e a política de Ensino emanada do Departamento de Ensino e Pesquisa fluíram outras diretrizes e normas, sob a responsabilidade das diretorias que balizaram as ações em função das finalidades peculiares de cada curso ou conjunto de cursos.

Nota-se, portanto, a existência de escalões: um, que orienta a política; outro, que baliza os caminhos segundo as modalidades de ensino e um terceiro, que organiza, detalha e executa o ensino. Entretanto, esta organização, este detalhamento e esta execução mantêm, por força desta estrutura, o perfeito alinhamento com os fins do ensino, estabelecidos pelo escalão mais alto, sem contudo transformar o escalão mais baixo em mero executante passivo. Uma das atribuições deste último escalão é realimentar o sistema, e isto se faz por força de sua própria estrutura e funcionamento.

Para que se cumpra este fluxo e para que a ESPCEX desempenhe o seu papel como o concebe a doutrina da instituição, adotou-se a seguinte organização, para suas atividades específicas de ensino e educação:

Para que se cumpra este fluxo e para que a ESPCEX desempenhe o seu papel como o concebe a doutrina da instituição, adotou-se a seguinte organização, para suas atividades específicas de ensino e educação:

- um diretor de Ensino que é também o comandante da Organização Militar;
- um órgão de assessoria pedagógica, planejamento e execução do processo de ensino, ao qual se dá o nome de Divisão de Ensino e cujo chefe titular é o subdiretor de Ensino.

Existe, ainda, um outro órgão, cujas atividades completam o ensino, que é o Corpo de Alunos, pois, concomitantemente com as atribuições de apoio ao aluno (alojamento, alimentação, assistência médica, religiosa, social, etc), educa-o, civil e militarmente, ministrando a Instrução Militar e o Treinamento Físico e cobrando-lhe a disciplina, segundo os conteúdos ensinados.

A Divisão de Ensino engloba uma Seção de Planejamento e Programação, uma Seção de Controle e Avaliação, quatro Seções de Ensino e outros órgãos de apoio técnico e administrativo mais próximos, tais como: meios auxiliares e biblioteca.

A Seção de Controle e Avaliação se subdivide em Subseção Técnica de Ensino, Subseção Psicotécnica e Subseção de Orientação Educacional.

As Seções de Ensino tomam o nome de acordo com a área abrangida pelas suas disciplinas:

- Comunicação e Expressão — englobando a língua portuguesa e uma língua estrangeira (inglês);
- Matemática — englobando a Álgebra, a Trigonometria, o Desenho Geométrico, o Desenho Descritivo, a Informática (Computação);
- Estudos Sociais — englobando a História, a Geografia, a Educação Moral e Cívica

e a Organização Social e Política do Brasil;

- Ciências Físicas e Naturais — englobando a Física, a Química e a Biologia.

O PLANEJAMENTO DO ENSINO NA ESPCEX

Havíamos visto, anteriormente, a estrutura de ensino no Exército e a organização interna adotada na ESPCEX.

A intenção seria, desde já, descrever o planejamento do ensino na Escola. Se bem que no planejamento não se envolvam todas as Seções da Divisão de Ensino, seria bom que o leitor se lembrasse deste órgão, conforme foi descrito no artigo anterior.

A rigor, não se pode descrever o planejamento de uma escola do Exército por fases ou por épocas e nem órgão responsável. Pelo seu dinamismo, ele envolve, praticamente, todos os órgãos, sejam os de execução, sejam os de controle e até o próprio aluno. Sem este envolvimento, o princípio da realimentação do sistema já falharia na base.

De posse de seu regulamento e dos regulamentos, diretrizes e normas dos escalões superiores, a Escola dá partida na sua atividade de planejar. É a concepção de como deverá executar a sua missão, no prazo determinado e com os meios existentes. As prescrições superiores determinam o que se quer. Por mais detalhadas nunca atingiriam os detalhes de tempo, lugar, clientela, etc., que reagem na vida de uma escola.

Do planejamento deverão resultar os planos didáticos e o Plano Geral de Ensino que se entrelaçam em certa fase da elaboração e tomam formas características na apresentação.

Os planos didáticos seriam: o Currículo, o Programa de Matérias e o Plano de Unidades Didáticas.

O Currículo, cuja validade nunca é menor do que três anos, descreve o comportamento final em termos de objetivos e o rol de matérias e atividades, acompanhadas também de seus objetivos próprios, que serão utilizados na consecução dos fins do curso.

Na elaboração do currículo tomam parte, praticamente, todos os órgãos de ensino, mas, sua formalização em termos de plano é feita pela Seção de Planejamento e Programação. Por se tratar de documento que responde diretamente à política de ensino, o currículo é aprovado pelo escalão mais alto (DEP).

O Programa de Matérias detalha os assuntos a serem ministrados, grupa-os em Unidades Didáticas, levantando para cada uma delas um objetivo. Estabelece, ainda, as instruções metodológicas, os processos de avaliação e as bibliografias recomendadas para aluno e professor.

O Programa de Matérias, elaborado pela Seção de Planejamento com o concurso das Seções de Ensino, por constituir-se um detalhamento da execução do Currículo, é aprovado pela competente Diretoria.

Prontos, Currículo e Programa de Matérias, anualmente, elaboram-se o Plano Geral de Ensino (PGE). Este plano inicia-se por considerações que

traduzem a interpretação da missão pelo Diretor de Ensino. Termina por concatenar as diretrizes superiores, o tempo e os meios para a consecução dos demais planos já descritos.

Deposito de um Currículo, um Plano de Matérias e do Plano Geral de Ensino é possível elaborar o Plano de Unidades Didáticas que especifica os pormenores de execução do ensino.

Estes pormenores atingem, para cada unidade didática, o relacionamento de assuntos com seus objetivos, descritos ao nível de desempenho pelos alunos, horas necessárias, processos e meios utilizados.

Nota-se, portanto, que somente após o PGE é possível a concepção deste plano cuja elaboração ainda é atribuição da Seção de Planejamento, em conjunto com as Seções de Ensino e cuja aprovação compete, também, à Diretoria.

Prontos os planos, o ano letivo estaria por se iniciar. Resta o professor realizar seus últimos preparativos que se consolidam em um pequeno plano, que ainda vai se chamar plano de sessão ou de aula.

A INSCRIÇÃO E OS EXAMES

Após serem descritos o planejamento escolar e a situação da ESPCEX no sistema de ensino do Exército e antes de verificar o que se passa na execução, torna-se indispensável conhecer o aluno. Aliás, na sequência da execução dos planos, este aluno foi considerado em primeiro lugar.

O ingresso do aluno se faz apenas na 1.ª série e mediante um concurso com exame intelectual, médico, físico e psicológico. Pode-se inscrever, como candidato, qualquer jovem que possua o 1.º grau ou esteja cursando sua última série, respeitadas as demais condições que são publicadas e distribuídas anualmente.

O concurso, de âmbito nacional, realiza-se no mês de dezembro, nas capitais ou nas cidades que se destacam pela população ou por influências regionais.

A média de candidatos tem sido da ordem de nove mil para 250 vagas, o que já supõe uma seleção rigorosa.

A realização deste concurso obedece a seguinte sistemática: o interessado ou seu responsável obtém nas Organizações Militares, Prefeituras e até em seus Colégios as instruções que são acompanhadas dos programas de matérias, provas de exame físico, condições de saúde, enfim tudo que o candidato precisa saber ou ter. Estas instruções, normalmente, são distribuídas em julho e podem também ser obtidas solicitando-se, pessoalmente ou por carta, à Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Av. Papa Pio XII, n.º 350 — Campinas, SP — CEP 13.100.

De posse das instruções, o interessado inscreve-se e recebe o Cartão de Inscrição que confirma sua condição de candidato e designa-lhe o local, data e hora do primeiro exame, que é o intelectual.

Se aprovado neste exame, o candidato realizará os demais,

nos locais e datas que lhe forem informados. Concluídos os exames, o candidato aprovado é encaminhado à Escola, já às expensas do Ministério do Exército, quando poderá ter sua matrícula efetivada.

A matrícula, que é a incorporação ao Exército como praça especial na graduação de aluno, assegura-lhe os direitos e impõe os deveres constantes na legislação em vigor.

No primeiro exame, o intelectual, que é, normalmente, o mais seletivo pelo número de candidatos, incluem-se os seguintes conteúdos de matérias, todos relativos ao 1.º grau: Língua Portuguesa, Matemática, História do Brasil, Física, Química e Biologia.

Ainda sobre o exame intelectual, por fugir um pouco dos moldes tradicionais, serão traçados alguns comentários no próximo capítulo.

O EXAME, AS PROVAS E SEUS RESULTADOS

Como foi dito no artigo anterior, o exame intelectual merece alguns comentários que não pretendem descrevê-lo como difícil, mas, mostrar suas diferenças dos tradicionais e, principalmente, fundamentar sua necessidade.

Esta fundamentação deve iniciar-se pelos antecedentes dos fatos.

Já foi dito anteriormente que a ESPCEX, ao fazer parte do Sistema de Ensino do Exército, tem uma missão a cumprir: preparar candidatos selecionados para a matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras. Isto impõe, desde logo, que seu aluno deve se ajustar aos padrões de ensino exigidos pelo seu planejamento. Este planejamento foi a interpretação da missão da Escola. Ou, dizendo-se isto de outra maneira: o aluno, além de possuir vontade de seguir a carreira, deve possuir aptidões que lhe permitam analisar, não só as vantagens imediatas desta carreira, mas a essência de seus valores, para si e para a sociedade. Deve analisá-los, concluindo pela disposição e capacidade de aceitá-los ou não.

A disposição e a capacidade de aceitá-los já transcende o exame intelectual; pode ser objeto do exame psicológico, físico ou médico. Convém que se fixe agora, a capacidade de análise.

Na faixa de idade do candidato, convencionou-se que a capacidade de análise se mede, principalmente, pelos conhecimentos chamados teóricos ou exame intelectual.

Mas, este exame já era feito nos moldes tradicionais e pode-se acrescentar, bem feito. Entretanto, a percentagem de alunos que fracassavam logo na primeira série, era grande, mesmo com provas compostas de conteúdos difíceis. Foi proposto, então, um sistema que exigisse do candidato, nas soluções, mais reflexão, menos aprofundamentos teóricos e que permitisse, ainda, uma apuração por computador.

Este sistema é conhecido pelo nome de Provas Objetivas com Respostas Codificadas. Não permite o acerto ao acaso. Exige uma certa elaboração, qualquer que seja a matéria em exame, com análises parciais que devem ser concatenadas numa solução final. Permite, ainda, o aproveitamento de soluções parcialmente certas para determinadas provas com exceção de Matemática, que se aceita somente o resultado final.

Outros detalhes somente são possíveis de serem explicados à vista de um exemplar de provas.

A apuração dos resultados destes testes é realizado corrigindo-se, por computador, todas as provas de uma matéria.

O grau mínimo de aprovação é calculado em função do maior grau obtido naquela prova. O aluno que obtiver aprovação nas três provas (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais com conteúdos de História do Brasil, Física, Química e Biologia), será classificado segundo a soma das ordens percentíficas obtidas em cada prova.

Tal sistema proporciona à Escola a escolha dos melhores candidatos e elimina os casos de insucessos no curso.

O sucesso no curso é considerado o primeiro indício da aptidão que se procurou desde seu planejamento.

As demais características serão os diversos desempenhos que o aluno terá durante o curso e isto é o que será explicado no próximo artigo.

COMO VIVE UM ALUNO NA ESPCEX

Focalizar a vida do aluno na ESPCEX seria fácil e agradável. Bastaria descrevê-la pelos seus aspectos mais convidativos. Se esta descrição fosse dirigida ao futuro aluno poderia iniciar-se pelo esporte, pelas solenidades, enfim, pelo lado festivo. Se fosse para seus pais, além daquelas exteriorizações, deveriam acrescentar-se a boa formação, a gratuidade, a certeza de um futuro assegurado, etc.

Entretanto, não se trata aqui de uma propaganda. A vida na ESPCEX não é artigo de consumo, não é "cursinho", não é uma concentração esportiva de três anos. Pode-se dizer também, que não é exatamente como o nome sugere: uma preparação para a vida militar. É a própria vida militar.

Em consequência desta interpretação é que este artigo pretende esclarecer que as partes, Aluno e Escola, são como que comprometentes dentro dos seguintes termos:

— a Escola oferece, um curso de 2.º grau, alimentação, alojamento, uniformes, assistência médica, religiosa, social, um pequeno soldo (salário do militar) e oportunidade de ingressar na AMAN com isenção de concurso;

— o Aluno, de sua parte, é comprometente da dedicação exclusiva às atividades desenvolvidas pela Escola, dentro de um regime de internato (regime da caserna). Seu tempo é distribuído nos estudos das matérias do 2.º grau, treinamento físico e instrução militar e atividades extraclasses.

CADETES: A Escola com 38 anos de ensino. Correio Popular, Campinas, 17 set. 1978.

As aulas se desenvolvem no período da manhã de 2.a a sábado, entre 7 às 12 horas. As tardes, de 2.a a 6.a feira, no período de 13,40 às 13,32, podem ser de instrução militar, realização de provas ou estudo. Após as 15,30 há treinamento físico, seguido do que se conhece por atividades extraclasse. Nestas últimas atividades, o Aluno desenvolve, entre as modalidades oferecidas pela Escola, aquela que mais gosta. Existem equipes de atletismo, natação, karatê, judô, capoeira, ginástica olímpica, esgrima, futebol, volei, basquetebol, jornalismo, teatro ou outras, para as quais hajam candidatos e que a Escola possa oferecer.

A noite, entre 19,30 e 21,30, os alunos dispõem de horas de estudo. Este estudo pode ser facultativo, dependendo dos resultados apresentados pelo aluno e de seus hábitos de estudo. Podem haver casos em que o aluno tenha o comparecimento obrigatório ao estudo, tanto da tarde como ao da noite. Isto acontece quando seus resultados são insuficientes e é feito mais para que ele se lembre do termo de compromisso.

Aos sábados, até 12 horas,

podem ser realizadas aulas normais, aulas de recuperação, competições esportivas, solenidades, etc. Pode haver, novamente, estudo para alguns. Após o meio-dia de sábado é concedido descanso até a hora do silêncio de domingo. Neste período, o aluno pode e é incentivado a visitas, passeios e diversões, dentro ou fora da Escola.

Existem os fins de semana prolongados, chamados de licenciamentos, quando os alunos podem se afastar de Campinas, visitar suas famílias ou, para os que moram longe, ter oportunidade de aceitar um convite de um paulista, carioca ou mineiro.

Todas estas atividades foram planejadas e os alunos, para executá-las, são distribuídos em Turmas de Aula, em Equipes, em Pelotões ou em Companhias. Todo o desempenho do aluno é assistido, observado e medido. Num próxima apresentação serão formalizadas a organização e as normas utilizadas para a avaliação dos resultados.

A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ALUNO

Ao ser matriculado ou incorporado ao Exército, o aluno recebe da instituição, o que no meio militar é designado como enquadramento. Este termo designa diversas situações ou ações dependendo do adjetivo. O enquadramento militar se refere ao posicionamento em relação à estrutura militar. O disciplinar, já poderia ser a própria situação ou atitude do aluno em relação aos preceitos disciplinares. Se usado só, este termo terá conotação de todas as providências que são dispensadas ao aluno para o seu melhor desempenho como estudante e como jovem.

Pode-se dizer então que o aluno, ao ser matriculado, é enquadrado, para efeitos de disciplina, alimentação, alojamento, vencimentos, assistência social e orientação profissional, ao Corpo de Alunos (CA). Este órgão também vai avaliar seu desempenho (faz parte do enquadramento) nas ações concernentes. Mas o CA se estrutura verticalmente em companhias de Alunos, que são comandadas por capitães.

Cada companhia possui tenentes, funcionalmente conhecidos por auxiliares de instrutores, que por sua vez, são assistidos por sargentos que são os monitores.

Neste ponto, já se pode compreender uma substituição do termo enquadramento por processo de educação. Pode-se compreender, também se passa este processo.

A maneira como os alunos se distribuem para aprender e para serem avaliados. Compreende-se ainda mais quando se lembrar que tudo que é solicitado ao aluno, foi-lhe ensinado anteriormente e tudo que lhe foi ensinado foi pedagogicamente pré-estabelecido, ou melhor definido: tudo que se obriga fazer ou se proíbe, é parte do compromisso de que se falou no artigo anterior. Este é o sentido último da disciplina e da liberdade. Fazer, conscientemente, aquilo que escolheu.

Mas, para que um ser imaturo compreenda este complexo, falta-lhe a metodização de raciocínio e a visão da realidade que o envolve. Esta deficiência fará parte de outro enquadramento, que nos meios militares é denominado de ensino fundamental. Na Escola é o ensino de 2.o grau. E para isto, a estrutura previu um corpo de professores que, auxiliados por órgãos técnicos, executam o ensino e avaliam seus resultados em função das medidas da aprendizagem.

Não só na Escola, com em todo o Exército, tanto a ava-

liação do ensino militar como do fundamental, obedecem a normas e técnicas elaboradas pelo seu órgão máximo de ensino, o DEP. Desta maneira, em todo processo de ensino e formação haverá sempre um desempenho anteriormente previsto, os critérios e a técnica de sua observação, medida e avaliação.

Conclui-se que esperar boas notas no ensino fundamental e atitudes corretas na formação militar de um aluno da FcPCEX não é exigir demais de quem foi selecionado entre muitos, sob uma organização que antes de solicitar, disse o que ia ser solicitado. Resta, neste ponto, esclarecer que tudo isto, às vezes, não é o suficiente. É imperativo que o aluno possua vontade própria para tudo isto, excluída de imposições familiares e vaidades por demais imaturas e fora da validade da profissão militar. Ele já faz parte de uma instituição que, estruturalmente se alicerça na hierarquia e na disciplina, mas que, é essencialmente baseada em altos valores morais e intelectuais.

DESTINO DOS ALUNOS

Desde o início desta descrição, fez-se claro que o curso da Escola destina-se a formar candidatos selecionados para a Academia Militar das Agulhas Negras.

Este processo tem começo no concurso de admissão e conclui com a avaliação dos desempenhos que foi tratada no artigo anterior.

Em termos de medidas, isto significa que o concludente que: no final do curso obteve média 5,0 em cada uma das matérias ensinadas e 6,0 no seu conjunto; houver sido julgado pelos seus orientadores e instrutores, como possuidor de aptidão e pendor para a carreira militar, terá ingresso na AMAN, independentemente do exame intelectual.

A percentagem dos concludentes que, não obtêm as condições acima, é mínima. A seleção efetuou-se durante todo o curso. Alguns se afastam por livre iniciativa.

O afastamento por livre iniciativa pressupõe a não obrigatoriedade do aluno em ingressar na AMAN. A seleção assim o exige. A carreira depende de habilitações, de vontade, de aptidões e de valores que são extensões da vocação. Uma outra extensão considerada é a decisão ou opção de carreira. A Escola não exige que isto se dê no final da 1.a ou 2.a. ou durante a 3.a série. Há um prazo, em função do amadurecimento do aluno, dentro do qual espera-se uma conclusão e ambos, aluno e instituição, honram o compromisso assumido do qual já se falou anteriormente. Findo este prazo, que coincide com o final do curso, o compromisso perma-

neces. Entretanto, a fase de orientação, controle e avaliação do aluno já se encerrou e para a Escola se o aluno foi julgado apto em todos os aspectos, ele será também devolvido do compromisso de ingressar na AMAN. Neste ponto, a rescisão deste compromisso poderá implicar em indenização na forma em que o regulamento escolar, absorvido em 3 anos, estipular.

O acompanhamento pós-escola dos que se afastam nunca revelou casos em que não fossem coroados de sucesso. A sociedade que mantém o Exército, continua recebendo seus benefícios.

A preocupação continua com os que prosseguem a formação dos líderes militares do ano 2.000 necessita, desde agora, da esperada certeza de que um dos instrumentos da soberania nacional se encontra em mãos, cujos movimentos são comandados pelos reflexos de uma formação alicerçada nos ideais de liberdade, com responsabilidade.